Banco
Provincia

BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES

SUCURSAL SÃO PAULO - CNPJ 44.189.447/0001-26
Rua Líbero Badaró, 425 - 26º Andar - Centro - CEP 01009-905 - São Paulo - SP - PABX (0XX11) 3188-4777

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 30 de Junho (Em milhares de reais)

ATIVO	2013	2012
Circulante	135.764	311.677
Disponibilidades	2.952	94
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4(a))	51.154	72.955
Aplicações em operações compromissadas	47.610	68.307
Aplicações em moeda estrangeira	3.544	4.648
Títulos e valores mobiliários (nota 5(a))	40.044	21.074
Carteira própria	27.241	-
Vinculados a prestação de garantias	12.803	21.020
Vinculados à aquisição de ações de empresas estatais	54	54
Provisão para desvalorização de títulos	(54)	-
Relações interfinanceiras	17	20
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	1
Créditos vinculados	11	19
Operações de crédito (nota 7)	2.479	811
Empréstimos e títulos descontados	763	-
Financiamentos em moeda estrangeira	1.727	813
Provisão para crédito em liquidação duvidosa	(11)	(2)
Outros créditos	39.058	216.612
Carteira de câmbio (nota 8(a))	34.401	212.393
Créditos tributários (nota 8(b))	656	415
Negociação e intermediação de valores (nota 6(b))	428	-
Diversos (nota 8(b))	3.581	3.813
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (nota 7(e))	(8)	(9)
Outros valores e bens	60	111
Despesas antecipadas	60	111
Realizável a longo prazo	24.305	44.379
Títulos e valores mobiliários (nota 5(a))	22.567	37.310
Carteira própria	22.567	37.310
Outros créditos	1.738	7.069
Créditos tributários (nota 8(b))	1.738	7.069
Permanente	330	381
Investimentos	8	8
Imobilizado de uso	320	363
Imóveis de uso	872	872
Outras imobilizações de uso	910	879
Depreciações acumuladas	(1.462)	(1.388)
Diferido	2	10
Gastos de organização e expansão	242	242
Instalação e adaptação de dependência	60	60
Amortização acumulada	(300)	(292)
Total do ativo	160.399	356.437

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
Circulante	41.200	248.621
Depósitos	1	8
Depósitos à vista	1	8
Relações interfinanceiras e interdependências	6.570	4.659
Pagamentos a liquidar	17	54
Ordens de pagamento	6.553	4.605
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 9(a))	32.703	51.649
Empréstimos no exterior	32.703	51.649
Outras obrigações	1.926	192.304
Carteira de câmbio (nota 11(b))	-	174.342
Negociação e intermediação de valores (nota 6(b))	-	287
Sociais e estatutárias (nota 11(a))	-	12.665
Fiscais e previdenciárias (nota 11(c))	943	4.061
Provisão para pagamentos a efetuar	380	263
Diversas (nota 10(b))	603	686
Resultado de exercícios futuros	**-**	**10**
Patrimônio líquido (nota 12)	119.199	107.806
Capital		
De domiciliados no exterior	108.594	38.586
Reservas de capital	109	109
Reserva de lucros	10.496	69.111
Total do passivo e patrimônio líquido	160.399	356.437

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital Realizado	Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste ao valor de Mercado	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2011	38.586	70.008	109	6.947	5.790	-	121.440
Reversão de aumento de capital	-	(70.008)	-	57.343	-	-	(12.665)
Variação do ajuste de valor de mercado	-	-	-	-	(5.790)	-	(5.790)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	8.758	8.758
Constituição de reserva legal	-	-	-	438	-	(438)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	8.320	-	(8.320)	-
Remessa de lucros	-	-	-	(3.937)	-	-	(3.937)
Saldos em 30 de junho de 2012	38.586	-	109	69.111	-	-	107.806
Saldos em 31 de dezembro de 2012	38.586	-	109	65.932	-	-	104.627
Aumento de capital	70.008	-	-	(57.343)	-	-	12.665
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.907	1.907
Constituição de reserva legal	-	-	-	95	-	(95)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	1.812	-	(1.812)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	108.594	-	109	10.496	-	-	119.199

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado no Semestre findo em 30 de Junho (Em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas de intermediação financeira	29.034	64.705
Operações de crédito	130	267
Resultado de títulos e valores mobiliários (nota 5(b))	3.790	13.786
Resultado de operações de câmbio	25.086	50.433
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos (nota 6(d))	-	219
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7(e))	28	-
Despesas da intermediação financeira	(22.695)	(47.088)
Captações no mercado	(3)	(9)
Empréstimos, cessões e repasses (nota 9(b))	(3.651)	(7.461)
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos (nota 6(d))	(267)	-
Resultado de operações de câmbio	(18.774)	(39.617)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 7(e))	-	(1)
Resultado bruto da intermediação financeira	6.339	17.617
Outras receitas/despesas operacionais	(3.176)	(3.149)
Receitas de prestação de serviços	1	1
Despesas de pessoal (nota 13)	(1.587)	(1.356)
Outras despesas administrativas (nota 14)	(1.275)	(1.015)
Despesas tributárias	(335)	(861)
Outras receitas e despesas operacionais (nota 15)	20	82
Resultado operacional	3.163	14.468
Resultado não operacional	-	16
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	3.163	14.484
Imposto de renda e contribuição social (nota 18)	(1.256)	(5.726)
Lucro líquido	1.907	8.758

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa no Semestre findo em 30 de Junho (Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido ajustado	2.306	10.522
Lucro líquido	1.907	8.758
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações	42	41
Provisão para créditos	(28)	1
Tributos diferidos	385	1.722
Variações de ativos e obrigações	(17.024)	(10.303)
Variação de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.317	(28.782)
Variação de títulos e valores mobiliários	(2.087)	335
Variação de relações interfinanceiras	3.992	4.465
Variação de operações de crédito	(1.835)	5.412
Variação de carteira de câmbio	(5.264)	(1.584)
Variação de outros créditos	(854)	(2.319)
Variação de outros valores e bens	142	(28)
Variação de depósitos	(2)	2
Variação de outras obrigações	(11.939)	14.375
Variação de resultado de exercícios futuros	-	3
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.494)	(2.182)
Atividades Operacionais - Caixa líquido proveniente (Aplicado)	(14.718)	219
Compra de imobilizado e diferido	(4)	(61)
Atividades de investimentos - Caixa líquido proveniente (Aplicado)	(4)	(61)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	17.089	(659)
Captações - Obrigações por empréstimos	4.424	17.517
Aumento de capital/Reversão	12.665	(12.665)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(5.511)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.367	(501)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	585	595
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.952	94
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.367	(501)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho de 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco de la Província de Buenos Aires - Sucursal São Paulo tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior. As demonstrações financeiras elaboradas para o período findo em 30 de junho de 2013 foram aprovadas pela diretoria em 28 de agosto de 2013.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 1.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF. As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, estimativas e premissas contábeis no que se refere a constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

3. Principais práticas contábeis: (a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira (considerados na rubrica Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias). **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **(d) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar de 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração. No caso do Banco, são classificados na categoria: Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período. **(e) Instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("hedge"), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de proteção, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que atendam aos critérios de proteção, classificados como "hedge de risco de mercado", bem como os objetos de proteção (ativo ou passivo) são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado, exceto se o objetivo da proteção for título e valor mobiliário classificado na categoria de título mantido até o vencimento que, nesse caso, tanto o título como o instrumento financeiro derivativo serão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo avaliados pelo valor de mercado. **(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999 do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução 2.697 de 24/02/2000, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização (accrual) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito (write-offs), devem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38), não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes. **(h) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Os demais ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias em base "pro rata" dia e cambiais auferidos e ajustado ao valor de mercado ou realização, quando aplicável. **(i) Ativo permanente:** Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo o imobilizado de uso - edificações - 4%, equipamentos de processamento de dados - 20% e demais bens - 10%. O ativo diferido está representado por desenvolvimentos logiciais e gastos com instalação e adaptação de dependência que são amortizados em cinco e dez anos, respectivamente. **(j) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN. • Ativos Contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas notas explicativas. • Passivos Contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade; e no posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação. **(k) Outros passivos:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base "pro rata" dia e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez: (a) Vencimentos de até 60 dias

	2013	2012
Aplicações em operações compromissadas	47.610	68.308
Aplicações em moedas estrangeiras	3.544	4.647
	51.154	72.955

(b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez: Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2013	2012
Rendas de aplicações em operações compromissadas	1.607	2.574
Rendas de aplicações no exterior	50	5
	1.657	2.579

5. Títulos e valores mobiliários: (a) Classificação por categorias e prazos

Títulos – 2013	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (2)
Títulos mantidos até o vencimento						
Certificado de Privatização	54	-	-	-	54	54
Letras financeiras do tesouro	-	40.044	-	22.567	62.611	62.611
	54	40.044	-	22.567	62.665	62.665

Títulos – 2012	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (1)
Títulos mantidos até o vencimento						
Certificado de Privatização	54	-	-	-	54	54
Letras financeiras do tesouro	-	-	21.020	37.310	58.330	58.330
	54	-	21.020	37.310	58.384	58.384

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data de 30 de junho de 2013 e de 2012, com exceção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento.

(2) Foi constituída em 30/06/2013 provisão de 100% para desvalorização dos certificados de privatização.

(b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	2013	2012
Rendas de operações interfinanceiras de liquidez (Nota (4b))	1.657	2.579
Rendas de títulos de renda fixa	2.133	2.593
Rendas de títulos de renda variável (i)	-	8.614
	3.790	13.786

(i) Compreende resultado na venda das ações da CETIP no montante de R$ 8.804 em 2012.

6. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A política de atuação, os controles de monitoramento e as estratégias de operações seguem as diretrizes da administração do Banco.

(a) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação

	2013	2012
Contratos de futuros		
Dólar	22.433	12.132

(b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

	2013	2012
Mercado futuro		
Outros créditos - Negociação e intermediação de valores	428	-
Outras obrigações - Negociação e intermediação de valores	-	287

(c) Margem de garantia: O quadro a seguir resume os valores depositados na BM&F Bovespa em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2012 e de 2011:

	2013			2012	
Descrição	**Quantidade**	**Valor de custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Valor de custo atualizado**	**Valor de mercado**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.270	12.803	12.803	21.020	21.020

(d) Valores de despesas e receitas líquidas

	2013	2012
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - futuros	(267)	219

7. Operações de crédito

(a) Composição total da carteira

	2013	2012
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (i)	30.898	34.967
Empréstimos e títulos descontados	763	-
Financiamentos em moeda estrangeira	1.727	813
Total das operações de crédito	33.388	35.780
Outros créditos (ii)	622	834
Total	34.010	36.614

(i) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de "Outras obrigações - Carteira de câmbio" (nota 11(b)).

(ii) Outros créditos compreendem rendas a receber sobre contratos de câmbio e títulos e créditos a receber (nota 8(a)).

(b) Modalidades e prazos

	2013
Operações de crédito	**Curso normal**
De 1 a 90 dias	7.146
De 91 a 360 dias	26.864
	34.010

	2012
Operações de crédito	**Curso normal**
De 1 a 90 dias	2.660
De 91 a 360 dias	33.954
	36.614

(c) Composição das operações de crédito por nível de risco: A composição da carteira de operações de créditos e outros créditos, distribuída nos correspondentes níveis de riscos, está demonstrada a seguir:

	2013	
Nível de risco	**Curso normal**	**PDD**
AA	30.211	-
A	3.799	19
Total	34.010	19
Avais e Fianças (1)	14.448	

	2012	
Nível de risco	**Curso normal**	**PDD**
AA	34.486	-
A	2.128	11
Total	36.614	11
Avais e Fianças (1)	20.249	

(1) Contabilizados em contas de Compensação.

(d) Distribuição das operações por setor de atividade econômica

Atividade econômica	2013	2012
Indústria	27.899	36.614
Comércio	6.111	-
	34.010	36.614

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante os exercícios findos em 30 de junho de 2013 e em 30 de junho de 2012:

	2013	2012
Saldo inicial	47	10
Reversões	(28)	1
Saldo final (nota 3(f))	19	11

8. Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

	2013	2012
Câmbio comprado a liquidar – exportação	33.779	39.978
Câmbio comprado a liquidar – financeiro	-	119.726
Direitos sobre vendas de câmbio	-	51.855
Rendas sobre adiantamentos concedidos (nota 7(a))	622	834
	34.401	212.393

(b) Demais contas

	2013	2012
Devedores por depósitos em garantia	3.197	2.712
Créditos tributários (nota 18(b))	2.394	7.484
Impostos e contribuições a compensar	267	1.013
Adiantamentos e antecipações salariais	63	57
Outros	54	22
	5.975	11.288

9. Obrigações por empréstimos e repasses

(a) Empréstimos no exterior

	2013	2012
No exterior – exportação	32.504	45.895
No exterior – importação	199	813
Outras obrigações	-	4.941
	32.703	51.649

Operações realizadas junto a instituições financeiras, localizadas no exterior, são convertidas pelas taxas praticadas no mercado de câmbio com vencimento até 02/05/2014.

(b) Despesas com operações de empréstimos

	2013	2012
No exterior	3.651	7.461

10. Ativos e Passivos Contingentes: (a) Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes. **(b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:** O Banco é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das contingências cíveis	2013	2012
Saldo inicial	585	668
Atualização da provisão	18	18
Saldo final	603	686

11. Outras obrigações

(a) Sociais e estatutárias

	2013	2012
Juros sobre capital próprio (nota 12 (a))	-	12.665

(b) Carteira de câmbio

	2013	2012
Obrigações por compra de câmbio	30.898	157.781
Câmbio vendido a liquidar	-	51.528
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7(a))	(30.898)	(34.967)
	-	174.342

(c) Fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros	872	4.005
Impostos e contribuições a recolher	71	56
	943	4.061

12. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social corresponde ao investimento da matriz estrangeira, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional, acrescido das reservas capitalizadas. Durante o semestre, ocorreu a autorização do Banco Central do Brasil de processo de aumento de capital no valor de R$ 70.008, composto de R$ 12.665 oriundo de Juros sobre o Capital Próprio de exercícios anteriores e de R$ 57.343 de Reservas de Lucros. **(b) Dividendos:** Em reunião de diretoria de 3 de abril de 2012, foi aprovado o pagamento de dividendos do exercício de 2011 no valor de R$ 3.937 e pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 1.574, sendo R$1.850 o valor bruto e R$276 o imposto de renda retido na fonte. Em 2013 não ocorreu pagamento de dividendos. **(c) Reserva de lucros:** O saldo de outras reservas de lucros em 30 de junho de 2013 é constituído pela reserva legal e pelos resultados remanescentes dos exercícios. A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

13. Despesas de pessoal

	2013	2012
Proventos	834	693
Benefícios	465	423
Encargos sociais	284	234
Treinamentos	4	6
	1.587	1.356

14. Outras despesas administrativas

	2013	2012
Processamento de dados	411	280
Despesas de comunicação	225	195
Despesas para a diretoria (nota 17)	106	91
Serviços técnicos especializados	99	51
Despesas de condomínio	65	56
Despesas com contribuição a entidades de classe	64	33
Despesas com serviços de terceiros	54	51
Despesas com vigilância e segurança	48	44
Despesa com manutenção e conservação de bens	43	35
Depreciação e amortização	42	41
Despesas do sistema financeiro	23	54
Outras despesas administrativas	95	84
	1.275	1.015

15. Outras receitas e despesas operacionais

	2013	2012
Provisão para desvalorização de moedas de privatização	(54)	-
Atualização de depósito judicial	92	101
Processos judiciais cíveis	(18)	(19)
	20	82

16. Garantias e compromissos assumidos: As garantias prestadas a terceiros compreendem avais e responsabilidades para outros recursos, no montante de R$ 988 (2012 - R$ 1.198) e estão registradas em contas de compensação.

17. Partes relacionadas: i) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Despesas para diretoria	106	91

ii) Transações e saldos: Em 30 de junho de 2013 e de 2012, os saldos resultantes de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições normais de mercado, eram:

	2013		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.769	(12)

	2012		
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**
Obrigações por empréstimos e repasses	-	465	(9)

18. Imposto de renda e contribuição social: (a) Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.163	3.163
Imposto de renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	791	475
Efeitos dos ajustes nas bases tributáveis		
Provisões	10	6
Benefícios Fiscais (PAT)	(13)	-
Adicional IRPJ	(13)	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	775	481

(b) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social: Os créditos tributários em 30 de junho de 2013 e de 2012 são compostos da seguinte forma:

	2013	2012
Imposto de renda		
Diferenças temporárias	-	1.933
Prejuízo Fiscal	2.114	3.845
Contribuição Social		
Diferenças temporárias	-	695
Base negativa	280	1.011
Total	2.394	7.484

Em 08 de julho de 2013, a instituição protocolou junto ao Bacen, estudo técnico sobre o crédito tributário em atendimento ao disposto na Resolução nº 3.355/06, cuja perspectiva de realização desses créditos é a seguinte:

	Total
2013	302
2014	709
2015	711
2016	672
	2.394

O valor presente dos créditos tributários monta a R$ 1.828 (2012 – R$ 5.293), descontados a taxa média de captação projetada para os referidos exercícios.

19. Gestão de risco: Objetivo: O Comitê de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo manter controles estruturados em consonância com o perfil operacional da instituição, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas. **Risco de Crédito:** Risco de crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, a custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A principal diretriz para a política de concessão de crédito é a segurança. Todas as solicitações apresentadas têm seus riscos avaliados de acordo com procedimentos internos estabelecidos. As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias. As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações. **Risco Operacional:** O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas. Entre os eventos de risco operacional se incluem: i. Fraude interno; ii. Fraude externo; iii. Relações trabalhistas e segurança no trabalho; iv. Reclamações de clientes (Ouvidoria); v. Dano aos ativos físicos; vi. Falhas em TI; vii. Execução, gestão e cumprimento dos prazos dos processos. **Risco de Mercado:** O risco de mercado se define como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições que detenha uma instituição financeira. A definição citada inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços de ações e preços de mercadorias (commodities). Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade das diretrizes de Comitê são: i. Reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos: Avaliação das estratégias de curto prazo dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco de carteira dentro dos limites estabelecidos. Sistema de mensuração de risco de mercado baseado no método RiskMetrics com VaR paramétrico, adotando-se a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a duration e VaR. ii. Relatório gerencial diário remitido a Gerência de Risco de Mercado, sediada na Casa Matriz em Argentina, evidenciando as posições e a exposição ao risco da filial. De acordo com a Resolução Nº 3464 do BACEN, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, caracterizada nesta filial pelo responsável pelo monitoramento de Risco de Mercado, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e da dimensão da exposição ao risco da sucursal. Conforme estabelecido na normativa, a presente unidade é segregada das unidades de negociação e da auditoria interna. O sistema utilizado pelo banco para mensuração de risco de mercado é o método RiskMetrics com VaR paramétrico; neste modelo é adotado a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a duration e o VaR. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez define-se como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e os passivos exigíveis, entre cobranças e pagamentos, que possam afetar a capacidade financeira da instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Esses impactos levam tanto fatores internos a instituição quanto fatores externos. O controle de risco de liquidez no Banco de la Provincia de Buenos Aires é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, através de ferramentas como: i. Plano de contingência de liquidez: Estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como o modelo de monitoramento e revisão dos planos. As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pela Diretoria conjuntamente com a Mesa de Operações e normas emitidas pela Casa Matriz. ii. Sistema de gestão de risco de liquidez: A sucursal possui um módulo que permite a realização de testes de estresse e aderência considerando aspectos como: Simulação de parâmetros para carteiras, como atrasos, inadimplência, pagamentos antecipados e simulação de cenários econômicos para verificar a sensibilidade da liquidez e as variações das taxas de juros e câmbio. iii. Controle de esgotamento do caixa: O esgotamento do caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo dos vencimentos das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo. De acordo a Resolução Nº 2804 (21/12/2000) do Banco Central do Brasil, o "Comitê de Gerenciamento de Riscos" tem como um de seus objetivos manter sistemas de controles estruturados em consonância com o perfil operacional da filial, periodicamente avaliados, que permita o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, de forma que evidencie o risco de liquidez gerado pelas atividades que desenvolvam. **Risco de Capital:** Define-se gerenciamento de capital ao processo contínuo de: i. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição. ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. No marco da Resolução Nº 3988 (30/06/2011), a estrutura de gerenciamento de risco de capital, caracterizada nesta filial pelo "Comitê de Gerenciamento de Riscos", é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão da exposição de riscos da filial. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos encontra-se evidenciada em relatório de acesso publico no endereço: http://www.bancoprovincia.com.ar/sucursal_san_pablo_indice.asp

Guillermo Mario Alberto Lemmo - Diretor Geral

Victor Simões dos Santos Mendes - CRC 1SP 136.755/O-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores
Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 28 de agosto de 2013

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4